

ESCÂNDALO NO AR

Advogados querem que a agência se abstenha de julgar o caso até 7 de julho, por suspeitarem de fraude na mudança da VarigLog

Sócios brasileiros pedem mais prazo para a Anac

RICARDO BRITO
DA EQUIPE DO CORREIO

Diante da suspeita de que a assembleia que colocou o comando da VarigLog nas mãos do fundo norte-americano Matlin Patterson foi fraudada, os advogados dos três sócios brasileiros destituídos pediram ontem que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) se abstenha de tomar qualquer decisão até julgamento final da ação de dissolução da sociedade. Na quarta-feira à noite, o juiz José Paulo Magano, responsável pela ação, aceitou pedido feito pela Fundação Rubem Berta, uma das acionistas, para apreender o livro que registrou a ata.

Na sexta-feira passada, a Fundação Rubem Berta apresentou o pedido com o argumento de que não havia participado da assembleia convocada em 8 de abril pelo chinês Lap Chan, o representante do fundo no Brasil, para ratificá-lo no controle da VarigLog. Por esse motivo, a defesa de Marco Antonio Audi, Luiz Eduardo Gallo e Marcos Haftel solicitou à agência que não decida em 7 de julho cancelar a autorização da Volo do Brasil por desrespeito à legislação brasileira — que não permite mais de 20% de capital estrangeiro nas empresas aéreas.

De acordo com a ata, a assembleia contou com a presença do chinês, do argentino Santiago Born, outro gestor da VarigLog, e

Nº de ações	Ações	Endereço	Quantidade de Ações
31	Volo do Brasil SA	Rua Paulo João Manoel, nº 400, apartamento 322, no cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05411-000	217.504.880 (cientos e sete mil e setenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e oito)
32	PRB Participações SA	Rua 18 de Novembro, nº 830, Porto Alegre, Rio Grande do Sul	100.000 (cem mil)

ATA DA ASSEMBLÉIA QUE MUDOU COMANDO DA VARIGLOG ESTÁ SOB SUSPEITA

de João Luis Bernes de Sousa, representando a Fundação. A advogada Larissa Teixeira, uma das filhas de Roberto Teixeira, o comadre do presidente Lula que defende o fundo, também compareceu à reunião na sede da empresa, em São Paulo. João Luis, porém, disse que não esteve lá. Até o início da noite de ontem, não se sabia se oficial de Justiça havia apreendido os documentos. Além da eventual anulação da assembleia, os responsáveis podem responder a processo por falsidade ideológica se confirmada a fraude.

Suspeição "Os fatos relatados pela fundação são graves e merecem a devida apuração e, se comprovados, justificam providências severas, porquanto refletem de forma inequívoca o comportamento do grupo estrangeiro no caso", afirmou o advogado Marcelo Panella, representante dos brasileiros na sociedade.

Tanto os advogados dos sócios brasileiros destituídos como os do fundo de investimentos questionaram a atuação do juiz Magano, da 17ª Vara Cível de São Paulo, por não concordarem,

cada um por suas razões, por decisões tomadas por ele. Segundo a legislação, o simples fato de pedir a suspensão, como fez a defesa do trio, impede o juiz paulista de atuar no caso, a não ser quando se há "urgência". Foi o que ele fez nesse caso. Ainda não há data para ocorrer um julgamento sobre se Magano é ou não suspeito para julgar o caso, por parte de desembargadores do Tribunal de Justiça paulista. Na prática, o processo de dissolução está parado.

Sem anulação A Anac informou ontem que, mesmo que ocorra a perda de concessão da VarigLog, a decisão não afetará a venda da Varig para a Gol. A VarigLog vendeu no ano passado para a Gol, através da sociedade formada pelos três brasileiros e o fundo estrangeiro que, atualmente, está sozinho no controle acionário. A transação comercial custou US\$ 320 milhões, depois que a sociedade adquiriu a Varig, em julho de 2006, pelo preço mínimo de US\$ 24 milhões mais a assunção de obrigações.

A agência também quer fazer uma consulta pública entre as companhias aéreas regulares para redistribuir os intervalos e pousos e decolagens no aeroporto de Congonhas, o principal do país. A Anac quer levar em conta critérios de pontualidade e regularidade para fazer tal concessão.



por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



Bendito despreparo

Quem é o comandante-em-chefe das Forças Armadas (FFAA)? O presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quem é o responsável pela segurança pública no Rio de Janeiro? O governador Sérgio Cabral.

Num crime horrendo, traficantes do Rio mataram três rapazes, entregues aos bandidos por militares que supostamente haviam sido desarmados pelo trio. Os oficiais e soldados envolvidos já estão presos e irão pagar na forma da lei, militar ou civil. Parabéns às FFAA pela rapidez nas providências. Já os traficantes homicidas continuam soltos até o momento em que escrevia esta coluna. Vamos aguardar como age no caso a polícia do governador Cabral.

Há todo um movimento de opinião pública para imputar às FFAA, como instituição, a responsabilidade pelo terrível episódio. Isso é tão razoável quanto culpar a Igreja Católica por um eventual caso de pedofilia de um padre. É tão lógico quanto apontar o dedo acusador contra a direção nacional de um partido pelo fato de um vereador da legenda cobrar propina para acompanhar o prefeito nas votações da Câmara Municipal.

Também está na moda dizer que as três mortes indicam a falta de preparo das FFAA para cumprir missões na esfera da segurança pública. Até gente do governo defende a tese. Não deixa de ser curioso, já que, segundo a própria administração federal, as FFAA estão bem preparadas para executar esse tipo de missão no Haiti. Talvez porque nossa presença militar naquelas paragens do Caribe seja pedra de toque do lobby de Lula para obtermos uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Se os militares brasileiros podem estar em Cité Soleil, por que não podem marcar presença no Morro da Providência? Claro que podem. Desde que o façam com o mesmo profissionalismo mostrado, até agora, nas favelas de Porto Príncipe. Evidente que problemas podem acontecer. Soldados são seres humanos, gente de carne e osso sujeita a fraquezas. Para preveni-las e puni-las, aliás, é que existe a lei.

Outro equívoco é defender que as FFAA devem restringir sua ação à defesa do país contra o inimigo externo. As FFAA não só podem como devem empregar seus recursos e sua conhecida capacidade em missões internas nas esferas do desenvolvimento econômico e do progresso social. Fora os lobbies contrariados, não vejo ninguém reclamar quando as FFAA são chamadas pelo presidente Lula para realizar obras rodoviárias. Ou quando se envolvem no apoio material à saúde e à educação de populações necessitadas.

Falsos argumentos à parte, o problema hoje enfrentado pelas FFAA é principalmente político. Nas hostes do antimilitarismo há os sinceros, que no íntimo ainda não conseguiram apagar a memória dos anos da ditadura. E há os espartos, que se valem do compreensível sentimento dos sinceros para tentar encurralar os militares e impedir que exerçam, no âmbito da democracia, seu papel constitucional na defesa do Estado brasileiro e contras as ameaças internas e externas. Um exemplo é a reserva indígena Raposa Serra do Sol.

As FFAA devem habituar-se à dura fiscalização pela sociedade, elemento constitutivo do regime democrático. E a sociedade deve acostumar-se ao fato de as FFAA serem uma instituição como outra qualquer, com bons e maus integrantes. Daí a absoluta e premente necessidade de evitar que os militares sejam periodicamente vítimas do conceito de culpa coletiva, uma idéia de raízes nazifascistas, para não irmos mais longe.

Por falar em esperteza e sinceridade, talvez você esteja a se perguntar por que as duas interrogações no primeiro parágrafo desta coluna. Ora, as FFAA não estariam cumprindo sua atual missão carioca sem a anuência do comandante-em-chefe. E soldados não poderiam confraternizar com traficantes se a polícia do Rio estivesse realmente empenhada em combater os criminosos. Elementar. Mas, assim como no recente caso da epidemia de dengue no Rio, Lula e Sérgio Cabral decidiram mergulhar e fazer que não é com eles. É uma tecnologia conhecida: fingir-se de morto na hora da batalha e aparecer depois para dividir os bônus da vitória.

Cabral e Lula são momentaneamente beneficiados por uma situação política peculiar. A presença do Exército no Morro da Providência relaciona-se com um projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), candidato a prefeito da capital fluminense. O episódio das três mortes caiu, neste ano eleitoral, como uma luva para os muitos adversários do senador e da igreja dele, a Universal do Reino de Deus (Iurd). Como a igreja tem angariado mais inimigos do que recomendaria a prudência, o tempo fecha para Crivella e ninguém cobra nada do presidente e do governador.

Pensando bem, talvez num aspecto as Forças Armadas estejam mesmo despreparadas. Parece faltar aos nossos militares o necessário adestramento para frequentar os meandros e labirintos de uma política partidária conduzida sem o menor apreço à verdade e ao interesse público.

Bendito despreparo.

MENSALÃO

Supremo rejeita recursos dos réus

IZABELLE TORRES
DA EQUIPE DO CORREIO

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem oito recursos que questionavam pontos específicos da ação penal aberta contra os 40 envolvidos no escândalo do mensalão. Com o julgamento, o processo volta a tramitar normalmente, depois de passar meses restrito à fase de tomada de depoimentos dos acusados nas justças de primeira instância.

Segundo o relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, as fases seguintes do processo dependiam do julgamento desses embargos, visto que a maioria contestava o recebimento da denúncia e o início da ação. Em um dos recursos negados, o ex-deputado Roberto Jefferson alegava que houve omissão da corte ao não mencionar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no acórdão que recebeu a denúncia, visto que a maioria dos envolvidos no escândalo lhe era subordinada. O relator da ação, no entanto, disse que não há qualquer prova ou indício da ligação do presidente da República com o esquema.

José Dirceu

Em outro embargo, o ex-ministro José Dirceu contestava o trecho do acórdão em que o relator afirmava que a defesa do réu alegara que o julgamento era político. Ao justificar a rejeição do recurso, Barbosa leu um trecho dos documentos apresentados pela defesa durante a fase inicial do inquérito. No texto, os próprios advogados afirmavam que o envolvimento do ex-mi-



CORTE NEGOU RECURSO A JEFFERSON, QUE ALEGAVA OMISSÃO DO STF POR NÃO MENCIONAR LULA NAS DENÚNCIAS

nistro no esquema era resultado de perseguição política pelo que ele representava na história da esquerda do país. "Rejeito esse

embargo porque o acórdão resultou da análise de provas em um contexto meramente jurídico. Julgamento político cabe ao povo", disse o ministro.

O deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) também tentou livrar-se da acusação de um dos crimes de corrupção passiva a ele atribuídos, alegando que os fatos narrados foram os mesmos citados no argumento para acusá-lo da prática de peculato. "Trata-se apenas de uma manifestação de inconformismo com a denúncia", comentou o relator. Tiveram embargos negados também o deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP), o empresário Marcos Valério, Rogério

Lanza, Kátia Rabello, José Roberto Salgado, Vinicius Samarane e Ayanna Tenório.

Tramitação

Até o momento, apenas a primeira fase de tramitação da ação penal aberta há 10 meses foi cumprida. Por meio de cartas de ordens expedidas por Barbosa, 39 réus prestaram depoimentos na Justiça de primeira instância dos estados. O teor de todos os depoimentos já está incluído nos autos do processo, mas ainda não foram lidos pelo ministro relator.

A fase seguinte se refere à oitiva de 500 testemunhas indicadas pelos réus e pelo procurador-geral, Antonio de Souza. Para essa etapa, o ministro Joaquim Barbosa terá de expedir novas cartas de ordem aos tribunais regionais, incumbindo-os de realizar os interrogatórios.

correio braziliense.com.br

Leia mais na internet: íntegra do relatório do ministro Joaquim Barbosa

PTB LONGE DE BEJANI

A direção estadual do PTB nomeou uma comissão interventora no diretório de Juiz de Fora. A medida, publicada ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), é uma maneira de impedir que o ex-prefeito Alberto Bejani (PTB) possa se candidatar nas eleições de outubro. Na segunda-feira, de dentro da Penitenciária Nelson Hungria, Bejani renunciou ao posto para evitar a abertura de um processo de cassação do seu mandato, por causa de denúncias de enriquecimento ilícito. Com a renúncia, o ex-prefeito, que teve habeas corpus negado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) na quarta-feira, poderia disputar as eleições municipais deste ano. Embora a intervenção tenha sido executada pelo diretório estadual, o presidente nacional do PTB, o deputado federal cassado Roberto Jefferson, assume a paternidade do ato, em sem blog.